

DESPACHO

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 38.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual prevê a possibilidade de delegação e/ou subdelegação de competências nos dirigentes. ---

1. **Subdelego**, sem prejuízo dos poderes de avocação, ao abrigo do citado diploma, as seguintes competências no **Dirigente Intermédio de 1.º Grau, Diretor do Departamento de Coordenação – DDC, em regime de substituição, António Manuel Costa de Castro**, adiante designado **DDC**, que me haviam sido delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara, por seu despacho datado do dia 15 de outubro de 2021. -----

Competências previstas no anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

1.1 - Artigo 38.º, número 2, alínea a): “Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público”; -----

1.2 - Artigo 38.º, número 2, alínea b): “Justificar Faltas”; -----

1.3 – Artigo 38.º, número 2, alínea e): “Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas”; -----

1.4 – Artigo 38.º, número 3, alínea e): “Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos”; -----

1.5 – Artigo 38.º, número 3, alínea g): “Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais”; -----

1.6 – Artigo 38.º, número 3, alínea m): “Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante”.

Considerando o disposto no artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), na atual redação, bem como o estipulado no artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

2 - Subdelego ainda no DDC, as seguintes competências: -----

2.1 – Assinar a correspondência e demais documentos necessários à execução das funções do Departamento e ao exercício das competências delegadas e subdelegadas; -----

2.2 – Convidar os requerentes a suprir as deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidade ou de mera imperfeição na respetiva formulação; -----

2.3- Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível. -----

3 – Autorizo o DDC a, querendo, subdelegar nos dirigentes intermédios de 3.º grau, algumas das competências que acima lhe subdelego. -----

O presente despacho é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os atos praticados pelo DDC, no âmbito das matérias e poderes ora conferidos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Ao abrigo do disposto no número 2 do artigo 47.º do CPA, o presente despacho deverá ser publicado nos termos do artigo 159.º do mesmo código. -----

O Vice-Presidente,

por despacho de 15 de outubro de 2021